
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO: CENÁRIOS DE UMA INSERÇÃO ENTRE A BASE LEGAL E O REAL

João Rogério Menezes de Santana¹
Maria Batista Lima²

RESUMO

Estar desenvolvendo cidadania é estar inserido no mundo contemporâneo e a educação é o meio para essa conquista. Atualmente nos encontramos em volta a um mundo rodeado de técnicas e de tecnologias e a escola não pode deixar de perceber essa mudança no contexto social. Dessa forma, este trabalho busca analisar atuais legislações acerca da educação nacional para verificar intenções de inserções de novas tecnologias da informação e comunicação no ensino público pontuando possíveis estancos dessa inserção na educação. O maior desafio então da educação brasileira é colocar o alunado frente a estas mudanças de modo que esse possa posicionar-se frente às transformações sociais e a compreensão aprofundada acerca do mundo do conhecimento. As novas formas de comunicação em tempos de tecnologias da informação e comunicação devem fazer parte desse processo por se tratar de elementos reais na sociedade e que cada vez mais pessoas, incluídos estudantes, se deixam fascinar-se por suas características e as diversas formas de interação.

Palavras chaves: Educação; Tecnologias Educacionais e Conhecimento.

INTRODUÇÃO

A Educação é necessária para um perfeito exercício de cidadania nas sociedades, no entanto, essa prática não é ofertada pelo Estado, pois, formulou-se e solidificou-se por meio de lutas entre os menos afortunados.

Desse modo, o presente estudo buscou analisar legislações pertinentes a inserção de novas tecnologias da informação e comunicação na educação brasileira visualizando alguns perfis de sua promulgação. O estudo parte de um trabalho mais amplo que se iniciou na graduação e estende-se até a pós-graduação com o objetivo de apresentar alguns pressupostos

¹ Especialista em Metodologias de Ensino para Educação Básica - CEMEEB/GEPIADDE/ UFS/ Campus Itabaiana – e- mail: santana.menezes@hotmail.com

² Profa. Adjunto do Campus de Itabaiana. Coordenadora do GEPIADDE. Pesquisadora das relações entre as questões étnico-raciais e uma educação inclusiva e democrática.

sócio-políticos de sua inserção na educação de ensino fundamental do primeiro ciclo e em particular estudo no município de Aracaju.

Outro importante dado do porque deste estudo relaciona-se ao trabalho que desenvolvi no terceiro setor por vários anos, onde, com a utilização de NTIC pode-se perceber o quão são importante para a disseminação de informações de caráter preventivo para as DST.

O estudo encontra-se dividido em quatro partes: a primeira, a introdução, a segunda analisa a educação e as bases legais instituídas pelo poder público, a terceira busca relacionar as tecnologias da informação e comunicação e a sociedade atual fazendo um diagnóstico dessa junção, a quarta apresenta algumas considerações sobre todo o estudo e não pretende, no momento, apontar saídas para o pleno desenvolvimento de competências e habilidades entre os envolvidos na inserção das NTIC na educação, pois, percebe-se que muito ainda se tem para estudar, conhecer, analisar, diagnosticar e por fim emitir algum conceito científico sobre os prazeres e os desprazeres do uso dessas tecnologias na educação básica. Buscou-se, no entanto, apresentar alguns perfis políticos, ideológicos e ou sociológicos entre os envolvidos.

1. EDUCAÇÃO, NOVAS TECNOLOGIAS E AS BASES LEGAIS INSTITUÍDAS

A maior mudança no país no que se refere aos direitos básicos do cidadão dar-se com a Constituição Federal de 1988. Nesta, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Objetivando ainda realizar mudanças no atual cenário educacional o Brasil firma um compromisso com a sociedade em razão da Conferência Internacional de Educação para Todos realizado na Tailândia na cidade de Jontien em 1990. Tais estabelecimentos reafirmam que legislar acerca da educação no Brasil sempre esteve voltada a interesses de classe dominantes configurando assim uma especificidade nacional de estabelecer normas legais sobre as necessidades básicas de sua nação (PESSOA, 2005, p.12).

A nova LDB³ a Lei de 9.394/96. Formulada depois de muitos anos de discussão e cercada de polêmicas retrata o cidadão brasileiro que busca, nos meios legais, garantir seus direitos enquanto cidadão no tocante à educação. Mesmo assim, é descrito por Kawamura (1990, p.22) a seguinte visão do Estado e sua intervenção nas relações entre sociedade e os meios de produção quando diz que “É no nível do Estado que o embate das tendências educacionais se sintetiza numa perspectiva dos interesses dominantes na sociedade [...]”. Essa síntese expressa-se em metas, planos, programas e leis que adquirem características de legitimidade e universalidade. Os interesses dessas classes estão aí embutidos nas propostas e nos objetivos. As LDBs de 1961 e 1971 foram formuladas tendo como aportes a idéia e o planejamento, domínio de classes dominante. A atual LDB (1996), respaldada na CF⁴, quanto aos Direitos à Educação e o Dever de educar, no Art. 4º diz que é o Estado o responsável maior por sua realização mediante algumas garantias, destacando-se os programas que permitam aos educandos do ensino fundamental obter material educativo, transporte, alimentação e assistência a saúde, como também, a qualidade ensino por meio de insumos que possibilitem o seu desenvolvimento da aprendizagem.

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

⁴Constituição Federal (1988)

Percebe-se que no inciso nono desse Artigo deverá a educação nacional estar disponibilizando e possibilitando o crescimento intelectual do educando com a inclusão de novos materiais didáticos, incluindo as novas tecnologias, bem como a ambientação adequada a sua disponibilidade. Mello (1998, p.30) descreve alguns sinais de preocupação pelos governos acerca da educação e assim visualizam-se esses pontos já inseridos nas discussões políticas para a formulação de leis e programas que visam à melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis. Mas a autora faz ressalvas quanto a sua formulação e diz que para a educação estar de fato contextualizada apresenta quatro pontos que considera primordial:

- políticas de ajuste econômico e curto prazo, que dificultem consensos em torno de objetivos de longo alcance, como são os da educação;
- instabilidade e fragilidade da tradição democrática, em função de longos períodos de governos autoritários, que prejudicam a articulação entre as instituições políticas e os atores sociais;
- crescimento desigual, que faz conviver setores avançados tecnologicamente, com outros de mão-de-obra intensiva e ainda necessários à integração de grandes contingentes populacionais marginalizados da produção e do consumo;
- grandes desigualdades na distribuição de renda e ineficiência; desigualdade na oferta de serviços educacionais.

Na construção destas políticas na atualidade, pós-estado de regime ditatorial no Brasil, estão às redes sociais. Instituições que se fortificaram nas últimas décadas em razão da ausência do Estado em dar resposta às demandas sociais. A respeito, Cunha (2001, p.19-21) faz uma relação dessas associações e os partidos políticos e diz que tais ligações ainda não são de fato a resposta que os atores sociais tanto esperam, pois essas organizações representam apenas parcelas de toda a sociedade. Mas, em contra partida têm essas organizações contribuído de fato para a construção de políticas efetivas, pois têm levado os políticos a estarem mais próximos dos cidadãos.

Delors (2003, p. 133) afirma que cuidados deverão ser tomados nessa construção de redes, pois deverá o Estado ser o responsável exclusivamente pela oferta e qualidade do ensino. No entanto, para ele “a participação da comunidade na educação, sobretudo em nível de educação básica, deve ser acompanhada pela responsabilidade e ação vigorosa do Estado. Este tem um papel importante a desempenhar, se pretender que todas as comunidades tenham oportunidades iguais [...] de uma boa educação [...]”.

A LBD, (Título I da Educação e II Princípios e Fins da Educação Nacional) em seus Art. 1º; 2º; 3º inciso XI onde “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” [...] tem como finalidade [...] “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e tem como princípios, entre eles, a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sócias. Dessa forma, instituir conteúdos que possibilitem um encaminhamento futuro na tomada de decisões bem como a prática pedagógica tem professores e unidades à responsabilidade da escolha dos conteúdos didáticos que reportem, desde a educação básica, o alunado para defrontar-se com o novo de forma consciente.

As atuais diretrizes para educação instituídas em Lei vêm promover a equidade, a inserção no mercado de trabalho por meio de seu preparo e o exercício pleno de cidadania aos estudantes. Dessa forma, retomando o diálogo sobre a educação e novas tecnologias se faz necessário uma ponte entre o processo de produção e os interesses políticos. Dessa forma, Kawamura (1990, p.61) diz que “O capital monopolista procura incluir no país projetos econômicos e culturais que possibilitam a maior rentabilidade para seus empreendimentos no local ou na matriz. [...] Tais interesses têm coincidido em sua maioria com os dos grandes capitais nacionais, inclusive estatais” a autora ainda ressalta dizendo que desse modo [...]

pode-se compreender melhor a avassaladora entrada de tecnologias avançadas [...] na educação entre outros seguimentos sociais.

2. AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A SOCIEDADE ESCOLAR: UMA RELAÇÃO AINDA DISTANTE:

A sociedade brasileira estava por obter as reformas de base entre a década de 50 e 60. Apontava-se aí uma nova sociedade brasileira menos subordinada ao capital estrangeiro, e ao pequeno e dominante grupo dirigente político e, portanto, mais democrática. O movimento aqui apresentado surge como uma alavanca para as mudanças proposta, mas foi subitamente interrompido pelo golpe militar de 64. Nessa tessitura, o governo do regime militar ao interromper os ideais de igualdade, liberdade e solidariedade este instalou um grande e eficiente “sistema de comunicação em massa” apoiando a iniciativa privada (elite) iniciando pelo rádio e depois a televisão (FRIGOTTO, 2003, p. 38). O autor nos chama a atenção sobre a inserção das novas tecnologias na educação. Sua preocupação está na forma como se vê a formação do educando na era da “Terceira Revolução Industrial”. Em suas palavras.

[...] as mudanças na base técnica da produção e o impacto sobre o conteúdo do trabalho, divisão do trabalho e qualificação e formação humana [...] visualiza-se uma problemática que se expõe como desafios teóricos e político prático para quem tomou como eixo de compreensão dos processos educativos e da organização da escola unitária e politécnica, a categoria trabalho (op. cit., p.53).

Segundo Terçariol; Sidericoudes in Almeida; Alonso (2007, p.55-56) os envolvidos diretamente com a educação têm um importante papel no avanço e no sucesso de tal inserção. Assim, desse modo, reconhecer seu papel nesse processo como sendo interpretes dessa renovação se faz necessário uma readaptação de funções incorporando o papel de facilitador

no processo redistribuindo responsabilidades e reconhecendo avanços e fracassos entre aqueles que idealizam, esquematizam e executam as atividades.

Como afirma Morim apud Almeida et al. (2007, p.23) tem a educação tem pela frente seu maior desafio que é o de posicionar o aluno frente às transformações sociais e a compreensão aprofundada acerca do mundo do conhecimento. Sendo assim, necessita-se que se reformule o pensar permitindo deste modo a utilização da inteligência para superação dos desafios advindos dessas transformações.

As novas exigências de mercado, suas desiguais competitividades e as atuais mudanças no contexto social colocam, sempre, a escola os professores, alunos e pais frente a um grande dilema. Desenvolver [...] “competências e habilidades básicas para [...] que estes resolvam problemas, tomem decisões e saibam viver em harmonia frente aos desafios cotidianos” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2008, p.298).

Percebe-se que as novas tecnologias da informação e comunicação atualmente utilizadas, principalmente o computador e a internet, são fontes infinita de informações que poderão ajudar o aluno a expandir seus conhecimentos nas diversas áreas e o professor deverá estar a postos para atuar de forma comumente seu papel de mediador nessa expansão.

Corroborando com Morim, Castells (2002, p.65) define esse posicionamento denominando de “sociedade informacional”, ou seja, é uma forma de organização social que se utiliza de estruturas tecnológicas para a “geração, o processamento e transmissão da informação [...] nesse período histórico como [...] fontes fundamentais de produtividade e poder”.

Segundo Libâneo Et. al (2003, p.59) as transformações que estão a ocorrer na sociedade como “o [...] desemprego tecnológico e a globalização dos mercados [...] a elevação

de qualificação de trabalhadores a centralidade do conhecimento e da educação [...] decorrem das transformações técnicas científicas”.

Para Weiss; Cruz (2001, p.9) “a escola não poderá apenas lidar com informações prontas, acabadas [...] [...] o importante não é mais o conjunto de conhecimento ao final de cada curso, mas o que esses conhecimentos possibilitam como degraus para novas aprendizagens”.

Percebendo o distanciamento entre a escola e as mudanças ocorridas em virtude das tecnologias na sociedade, alguns questionamentos são apresentados por Tijiboy (2001, p.39): Como deve estar interligada a Educação e tecnologia e as novas tecnologias da informação e comunicação [...] e de que forma podem contribuir na redefinição de novos conceitos que a era tecnológica exige?”“ Onde se situam a Educação e a informática Educativa dentro desse contexto evolutivo da ciência e da sociedade?”Assim, desse modo, deve a Educação permanecer atenta às mudanças numa sociedade globalizada. A escola tem e terá desafios a serem superados na Educação como ressalta a autora, considerando o pensamento de Moacir Gadotti, que a Educação

[...] deve ser repensada como também o seu papel na sociedade sua pertinência na promoção do desenvolvimento de atitudes, habilidades e de talentos que auxiliem os alunos a se tornarem permanentes aprendizes, capazes de se adaptarem as novas situações, conhecedores de onde e como procurar informação e instrução de que precisam. (Op. cit, 2001, p. 52)

Pode-se observar a inserção de uma ideologia nesse crescimento tecnológico. E o que vem a ser ideologia? Segundo Chauí (2005, p.62, 85)

[...] um sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais [...]. Ela consiste na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que dominada no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (da idéias).

Para Weber (1968) apud Gadotti (1995, p. 74-77), retomando a discussão da educação como um espaço de lutas, o autor ressalta dizendo que não há as duas em estado puro, pois não existem duas sociedades de igual pureza. Esse conflito se faz necessário para a manutenção do diálogo entre o velho e novo. [...] “O espaço pedagógico é, pois, um espaço político de luta e entre as várias tendências indo de um extremo a outro”, logo, educar-se é possibilitar ao educando posicionar-se frente aos desafios da atualidade não permitindo “[...] a alienação e incursão ideológica nem a legitimação do status quo que representam os sistemas educacionais”.

Para De. Benedetti (1991) apud Mello (1998, p. 34) “[...] a matéria-prima mais importante hoje é a inteligência, ou seja, a cultura, e, portanto, a escola. A segunda matéria-prima é o mercado. Desse modo, o país ideal é aquele que tem um sistema escolar avançado e uma dimensão de mercado grande”.

Mello (ibidem, p.34) apresenta outros desafios para a educação, que são os de formar as “[...] competências sociais, lideranças, iniciativa, capacidade de tomar decisões, autonomia no trabalho e habilidade de comunicação”.

Outros fatores importantes a serem considerado são: O crescimento vertiginoso dos produtos eletrônicos e seu mercado consumidor e as novas formas de linguagens, as digitais, que surgem em decorrência dos novos dispositivos de comunicação criando assim “[...] novas práticas de escrita e de leitura [...]” que também são consideráveis novas formas de armazenamento, organização, hierarquização, distribuição dessas informações, sem deixar de delinear os estímulos visuais causados pelos equipamentos eletrônicos na atualidade (FILHO et al. 2000, p.36).

Com todas as mudanças que estão ocorrendo na sociedade à escola deverá estar inserida neste contexto, sua participação é fundamental para oferecer um ensino que responda aos desejos dos alunos e suas inquietações possibilitando-o desenvolver o seu potencial criativo próprio do ser humano conforme aponta Bastos apud (Grinspun, 2001, p.25) “[...] a educação no mundo de hoje tende a ser tecnológica, o que, vai exigir o entendimento e interpretação de tecnologias. [...] elas estão a exigir uma nova formação de homem que remeta à reflexão e compreensão do meio social em que se circunscreve”. Carneiro (2002, p.43) complementa falando da rapidez no fluxo de informações e chama a atenção para essa rapidez, pois a mesma pode-se inserir-se no conhecimento o que tende a ser perigosamente fatal para o discernimento entre o conteúdo cientificamente reconhecido a aquele do senso comum.

Outro ponto a ser destacado refere-se sobre a utilização destas tecnologias com relação à hegemonia de determinadas sociedades (o da educação dominante), sabe-se que não é esse o papel da escola, ao contrário, esta deve mobilizar o educando para uma visão global. Logo, tem a escola entre as suas funções a de difundir o conhecimento a todos indistintamente construindo cidadãos capazes de dominá-lo e operar serviços. Assim, Kawamura (1990, p.60) atenta sobre as “perspectivas para a educação em face das novas tecnologias”. Para a autora, a educação tende atender a determinados setores dominantes no Brasil pós-golpe de 1964 com a introdução do capital estrangeiro associando este ao estatal onde predomina o primeiro.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Rompem-se os muros da Escola em razão do cotidiano dos alunos possibilitando que o educando tenha contato com os conteúdos ministrados referenciando-os ao mundo o qual

lhe cerca. Para tanto busca: Erradicar o analfabetismo; Universalizar a escola; Melhorar a qualidade do ensino; prover formação para o trabalho e promover o desenvolvimento humano, científico e tecnológico do país.

A educação deverá intervir nesse processo possibilitando ao educando escolhas de ordem social, política e econômica.

A escola não podendo voltar às costas para o novo, pois assim estaria voltando-a para o aluno, o Estado tende a responder a essa necessidade regulamentando despesas e sua distribuição, ordenando estruturas e infra-estruturas na aquisição de equipamentos tecnológicos para a educação; busca valorizar o magistério; normatiza o uso de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação brasileira. Com os dispositivos legais citados, o Estado tem buscado responder aos novos modelos de educação que surgem com os novos padrões de sociedade, de economia e de política em razão dos avanços tecnológicos.

Pode-se fazer algumas conclusões a respeito das NTIC na educação brasileira considerando: No que tange a política brasileira o tema educação tem ficado refém dos interesses econômicos por parte de determinados setores sociais e mais especificadamente no que pode-se chamar de “educação dominante”. O Estado tem buscado atender aos interesses desse seguimento quando insere no sistema educacional nacional programas sem uma participação dos seus maiores interessados.

Com isso as tecnologias da informação e comunicação, revestidas de inocência, buscam manter a hegemonia de classes dominantes por meio de atitudes que levam o usuário a uma visão somente de senso comum e não de um conhecimento científico.

O aparato tecnológico imposto a sociedade é fruto de uma nova fórmula de domínio à aquela que não dispõe do saber. Assim, vive-se em uma sociedade do saber e do fazer. A esse respeito à escola tem um importante papel, pois, é nela que se concretiza o conhecimento e forma o ser humano para viver plenamente o seu tempo e possibilitar que os futuros usufruam de mesma liberdade. Um homem livre, desse modo, é um homem com conhecimento capaz de exercer sua cidadania e a educação tem que exercer esse princípio.

Os cenários de futuro, com as novas formas de reconfiguração do espaço e do tempo, são os desafios a serem vencidos pela escola, que deve rever suas bases de atuação para que possa assumir as novas funções pedagógicas, institucionais, educativas e sociais do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes. **Tecnologias na Formação e na Gestão Escolar**. São Paulo: Avercamp, 2007. 132p.

ARAÚJO, Maria Inês Oliveira; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Desafios para a formação de professores para o século XXI: O que deve ser ensinado? O que é aprendido?** Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2008, 382p.

BRASIL. Ministério da Educação. [LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996](#) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

_____. Ministério da Educação. [DECRETO Nº 6.300, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007](#) - Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO.

_____, Ministério da Educação – MEC – Secretaria de Educação a Distância – SEED/**Programa Nacional de Informática na Educação** – PROINFO, 2008, 11p.

CARNEIRO, Raquel. **Informática na educação: representações sociais do cotidiano**. São Paulo: Cortes, 2002. 116p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. Volume 1. 10ª ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2001. 118p.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2004, 383p.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, 495p.

DELORS, Jaques (org) et. all. **Educação um Tesouro a Descobrir**: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o Século XXI. 8ª. Ed. São Paulo: Cortez, 288p.

FILHO, Luciano Mendes de Faria et al. **Arquivos Fontes e Novas Tecnologias**: questões para a história da educação. São Paulo: Autores Associados, 2000. 160p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. 231p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001, 333p.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (org). **Educação Tecnológica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001. 231p.

KAWAMURA, L. **Novas tecnologias e educação**. São Paulo: Ática, 1990, 80p.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCH, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. 408p.

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e Competitividade**: Desafios educacionais para o terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1998. 204p.

MOREIRA, Roberto.A Estrutura Didática da Educação Básica. In. **Educação Básica**: Políticas, Legislação e Gestão – Leituras. São Paulo: Thompson, 2004, p.111 a 132.

PESSOA, **Fernanda**. **Legislação Educacional 3 em 1** – Constituição-LDB-ECA. São Paulo: RCN, 2005, 387p.

TIJIBOY, A. V. **As Novas Tecnologias e a Incerteza na Educação**. In: Mozart Linhares da Silva. (Org.). **Novas Tecnologias - educação e sociedade na era da informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 39-56.